



BIBLIOTECA ERNANI MERO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

## COLEÇÃO DIREITOS & DEVERES

# REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**ALAGOAS** 

**NÚMERO 3** 

#### RÉVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ALAGOAS

#### CONSELHO EDITORIAL

#### LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO (Presidente)

Procurador-Geral de Justiça

#### MARIA AMÉLIA REBELO BRANDÃO

Promotora de Justiça

#### GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR

Promotor de Justica

#### **DELFINO COSTA NETO**

Promotor de Justica

#### **HUMBERTO PIMENTEL COSTA**

Promotor de Justiça

#### ALEXANDRA BEURLEN DE FRANÇA

Promotora de Justiça

#### LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

Procurador-Geral de Justiça

#### **Carlos Alberto Torres**

Procurador-Geral de Justiça Substituto

#### **Eduardo Barros Malheiros**

Corregedor-Geral do Ministério Público

#### Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto

Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional

#### Geraldo Magela Barbosa Pirauá

Diretor do 2º Centro de Apoio Operacional

#### Capa: Jorge Pieter Bertomeu Y.Zuidhoff

Projeto Editorial: Antonio Carlos Marques da Silva

Catalogado na fonte – Universidade Federal de Alagoas Biblioteca Central – Divisão de Tratamento Técnico

Revista do Ministério Público/Alagoas/ Ministério Público de

Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Centro de

Ciências Jurídicas - CJUR.- N. 3 (JAN./JUN. 2000)-.-

Maceió: MPEAL: UFAL/CJUR

1999-

n. 3

#### Semestral

1. Direito - Periódico. 2. Legislação - Periódico

CDU: 34(051)

# Colégio de Procuradores de Justiça

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO HÉLIO LUNA TORRES ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

RENATO BRITTO DE ANDRADE

FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELOS

JOSÉ AUTO MONTEIRO GUIMARÃES

**ITAMAR GAMA E SILVA** 

**TADEU COSTA** 

**EDUARDO BARROS MALHEIROS** 

LUCIANO CHAGAS DA SILVA

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

**CARLOS ALBERTO TORRES** 

FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO

**VERA MALTA NOLASCO MOURA** 

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

**CARLOS LOPES VILLANOVA** 

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	g	
PARTE I – DOUTRINA		
DA GUARDA PREVIDENCIÁRIA Ângela M. Sobreira D. Tavares	13	
LEGISLAÇÃO ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS E OUTROS ESTADOS NO BRASIL Flavio Luiz Schieck Valente Alexandra Beurlen	25	
JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: AÇÃO E PROCESSO DE ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Francisco Wildo Lacerda Dantas	39	
NOVOS RUMOS DA CIDADANIA BRASILEIRA  George Sarmento	67	
SOBRE A TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA  Maurício André Barros Pitta	73	
A TEORIA DA AÇÃO EM FACE AOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS Raimundo Alves de Campos Júnior	81	
PARTE II – LEGISLAÇÃO		
LEI COMPLEMENTAR n.º 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências		
RESOLUÇÃO nº 02/2000	145	

#### PARTE III – PRÁTICA FORENSE

AGRAVO	151
Lean Antônio Ferreira de Araújo	
Itamar Gama e Silva	
Geraldo Magela Barbosa Pirauá	
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá	
CORPO DE JURADOS VOLUNTÁRIOS	171
A experiência do 3° Tribunal do Júri de Maceió/AL	
Paulo Roberto Magalhães Nunes	
Antiógenes Marques de Lira	

Estamos lançando o terceiro número da *Revista* do *Ministério Público de Alagoas*, motivo de regozijo e satisfação para todos os integrantes do *Parquet* que, juntos a colegas de outras Instituições do País, trazem a público peças processuais e pareceres de sua lavra, de notável saber jurídico e fundamentados em elevado conhecimento das matérias enfocadas.

Essa publicação, sequenciando duas outras, anteriores, representa a conquista de um sonho de há muito acalentado pelo Ministério Público deste Estado que, reprimido pela ausência de um Órgão de divulgação dos seus trabalhos literários e jurídicos, via-se na contingência de mantê-los em segredo, deixando de propiciar aos demais colegas e ao povo em geral o sabor de uma leitura agradável, consignando entendimento que, pela justeza e adequação às normas legais atinentes à espécie, poder-se-ia concluir como valor inestimável à apreciação do Judiciário e às conquistas democráticas mais hialinas.

De par com essas atividades coordenadas de caráter intelectual, a Revista n.º 3 também cuida de trazer à coletividade aspectos atualizados de legislação do interesse de toda a população, o que significa dizer que, após essa difusão, ninguém poderá dizer que não cumpriu a lei, por a desconhecer.

Para nós, na qualidade de Chefe da Instituição, reconduzidos pela maioria dos seus membros, só resta a alegria de termos sido o artífice dessa grande realização, só possível graças à colaboração de abnegados colegas que, no perpassar dos dias, garantem e asseguram a manutenção das atividades da Procuradoria Geral de Justiça.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO Procurador-Geral de Justiça